

1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem como objetivo a apresentação de um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro no primeiro semestre de 2017, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad Contínua/IBGE), procurando referenciá-lo no contexto de seu desempenho nos últimos anos, principalmente perante o primeiro semestre de 2016, de modo a minimizar interferências de ordem sazonal. Complementarmente, serão utilizadas as informações da Pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho (MTb).

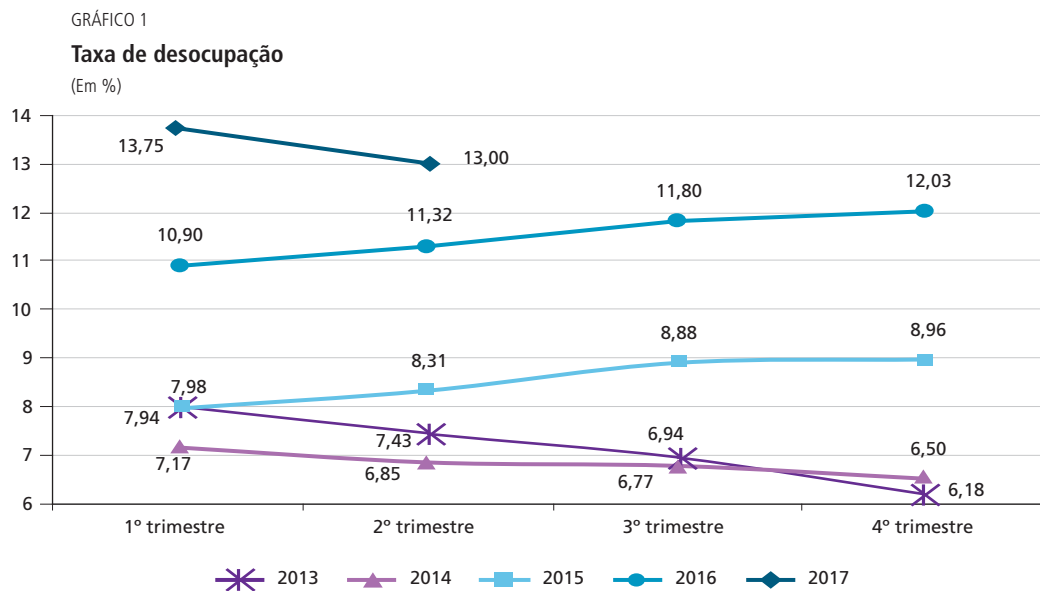
A fim de balizar os resultados sobre o desempenho do mercado de trabalho, será feita uma breve descrição do ambiente macroeconômico com base nas informações mais recentes disponíveis para o ano de 2017.¹ A economia brasileira vem mantendo uma trajetória de retomada lenta e gradual da atividade em 2017. O produto interno bruto (PIB) apresentou variação positiva de 0,2% na comparação do segundo trimestre de 2017 contra o primeiro trimestre do ano. A inflação brasileira vem apresentando, ao longo do ano, um comportamento favorável, pontuado por uma desaceleração de preços em todos os segmentos da economia. Nos últimos doze meses, encerrados em julho, o índice de preços registra alta de 2,7%, alcançando o menor resultado desde fevereiro de 1999. Essa trajetória de queda da inflação foi determinante para uma trajetória também de queda na taxa básica de juros, que passou de 14,25% ao ano (a.a.) em agosto de 2016 para 8,25% a.a. em agosto de 2017. Espera-se que esse movimento de queda nos juros reforce a tendência aparente de recuperação no nível de atividade econômica.

No contexto desse cenário econômico, os dados do mercado de trabalho brasileiro para o segundo trimestre mostram alguns sinais condizentes com um eventual início de um processo de recuperação. O destaque positivo nesse segundo trimestre de 2017 fica por conta da diminuição na taxa de desemprego como consequência de um aumento no nível de ocupação. Apesar do ambiente macroeconômico apontando para uma retomada do nível de atividade, parece-nos ainda prematuro falar em tendência de queda para a taxa de desemprego por ao menos dois motivos. Primeiro porque, conforme veremos mais detidamente no decorrer do texto, o aumento no nível de ocupação foi concentrado em postos informais. Além disso, normalmente há uma defasagem de tempo entre uma recuperação no nível de atividade, que parece estar se iniciando agora no Brasil, e uma recuperação no mercado de trabalho.

1. Esse panorama macroeconômico está ancorado na *Carta de Conjuntura* número 36, disponível em: <<https://goo.gl/UfGMYE>>. Acesso em: 26 set. 2017.

2 TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO

O gráfico 1 mostra a evolução da taxa de desemprego para os anos de 2013 a 2017. Comparando o valor médio do primeiro semestre de 2017 com o valor médio para o mesmo período de 2016, a taxa de desemprego apresentou um aumento de 2,3 pontos percentuais (p.p.). Um crescimento expressivo, porém menor que os 3 p.p. registrados entre o primeiro semestre de 2016 e o primeiro semestre 2015. Vale destacar que, em 2017, a taxa mostra sinais de recuo. Após registrar, no primeiro trimestre do ano de 2017, o maior valor no horizonte temporal coberto pelo gráfico (13,75%), houve uma queda no segundo trimestre para 13,00, interrompendo a trajetória de crescimento observada desde o primeiro trimestre de 2015.



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração do Ipea.

Para entender melhor a evolução da taxa de desemprego, é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho. A combinação de um aumento na comparação anual com uma diminuição no período mais recente (segundo trimestre de 2017), observada para a taxa agregada, é replicada nas diversas desagregações aqui analisadas.

Ao analisarmos a evolução do desemprego entre o primeiro semestre de 2016 e o primeiro semestre de 2017, nas desagregações por faixa etária, observamos um grande salto na faixa dos indivíduos mais jovens, de 14 a 24 anos. A taxa de desemprego para esse grupo passa de 26,5%, em 2016, para 30,4%, em 2017, um aumento de 3,8 p.p. Entre os adultos, de 25 a 59 anos, e os idosos, acima de 60 anos, também verificou-se elevação no valor médio das taxas de desemprego entre os primeiros semestres de 2016 e de 2017, porém com magnitude mais branda. Para os adultos, a variação das taxas médias de desemprego foi de 2,0 p.p., e para a população idosa, a variação da média foi de 1,0 p.p. A queda observada para o desemprego no segundo trimestre de 2017

também foi mais intensa entre os jovens, passando de 31,2%, no primeiro trimestre de 2017, para 29,5%, no segundo trimestre de 2017.

No recorte por regiões, a região Nordeste apresentou a maior variação da taxa média de desemprego no primeiro semestre de 2017 em relação ao mesmo semestre de 2016, com crescimento de 3,1 p.p. Cabe ressaltar que as regiões que registraram as maiores quedas no segundo trimestre de 2017 em relação ao primeiro trimestre deste mesmo ano foram Norte e Centro-Oeste, de 1,7 p.p. e 1,4 p.p., respectivamente.

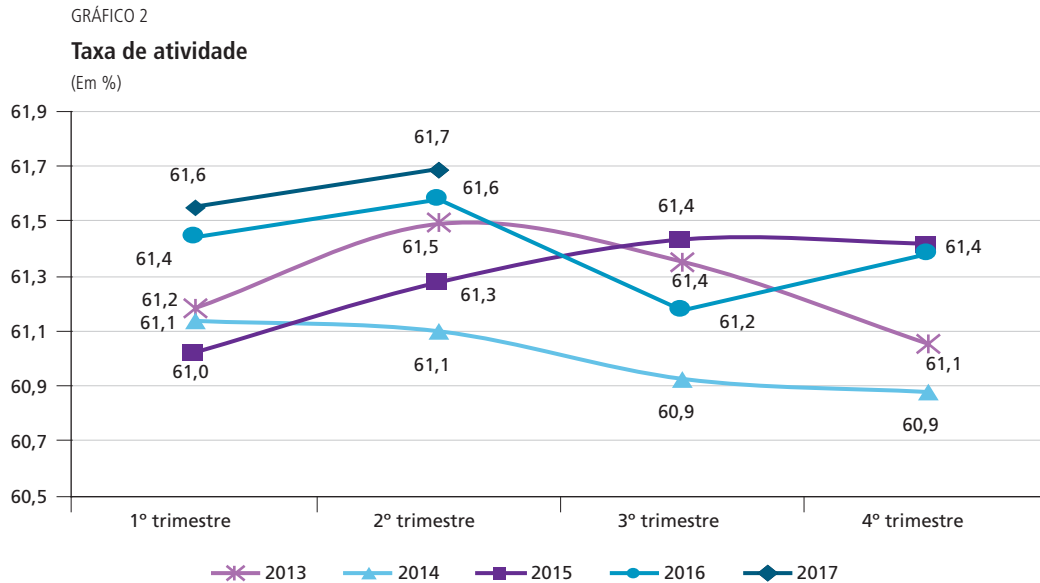
Na desagregação por educação, a evolução que sobressai na comparação anual é a da faixa intermediária (entre fundamental completo e médio incompleto), que registrou um crescimento de 3,1 p.p. na taxa de desemprego entre o primeiro semestre de 2016 (15,4%) e o primeiro semestre de 2017 (18,5%). As outras faixas de educação também registraram aumento no mesmo período, com magnitudes de 2,7 p.p e 1,8 p.p. para fundamental incompleto e médio completo, respectivamente. É interessante notar que o grupo mais educado (pelo menos ensino médio completo) foi o que registrou a maior queda na taxa de desemprego no segundo trimestre de 2017, com a magnitude de -1,0 p.p.

Nas desagregação por gênero, o aumento no valor médio das taxas de desemprego entre os primeiros semestres de 2016 e de 2017 foi semelhante para homens (2,1 p.p.) e mulheres (2,4 p.p.). Da mesma forma, foi observada uma queda semelhante para ambos os gêneros no segundo trimestre em relação ao primeiro de 2017. A magnitude dessa queda foi de 0,6 p.p. para homens e 0,9 p.p. para mulheres.

Quando olhamos para a composição familiar, a evolução do desemprego também não tende a ser muito distinta entre os grupos considerados. A taxa média de desemprego para os não chefes teve um aumento de 2,4 p.p. no primeiro semestre de 2017 em relação ao mesmo semestre do ano imediatamente anterior, passando de 15,2% para 17,6%. As taxas médias de desemprego dos chefes de família, por sua vez, apresentaram um aumento de 1,9 p.p. no mesmo período, passando de 6,3% para 8,2%. Já entre o primeiro e o segundo trimestres de 2017, as taxas de desemprego para não chefes e chefes tiveram um recuo de 1,0 p.p. e 0,5 p.p., respectivamente.

Em suma, o aumento na média da taxa de desemprego no primeiro semestre de 2017 em relação ao mesmo período anterior parece ter sido puxado por jovens, por indivíduos com escolaridade intermediária ou baixa, e por moradores da região Nordeste. Já a queda no segundo trimestre de 2017 foi mais intensa para indivíduos com escolaridade mais alta, moradores das regiões Norte e Centro-Oeste, e também entre os jovens.

O gráfico 2 ilustra a evolução da taxa de participação (ou taxa de atividade) ao longo dos anos de 2013 a 2017. A taxa média de participação no primeiro semestre de 2017 é de 61,6%, ou seja, praticamente estável em relação ao mesmo semestre de 2016, que apresentou taxa média de 61,5%. É possível observar que essa taxa está em ascensão desde o terceiro trimestre de 2016 (61,2%), chegando a 61,7% no segundo trimestre de 2017.



Antes de analisar o comportamento desse indicador para diferentes grupos de trabalhadores, cabe salientar a relativa estabilidade da taxa de participação nos quatro anos e meio cobertos pelo gráfico 2. A amplitude máxima registrada não chega a 1 p.p. (de 60,9% para 61,7%), contrastando com a taxa de desemprego, que registrou, no primeiro trimestre desse ano, um valor mais do que duas vezes maior do que o registrado no fim de 2013 ou mesmo de 2014 (ver gráfico 1). A taxa média de participação nas faixas etárias teve um ligeiro aumento nos jovens, adultos e idosos. A taxa de participação média dos jovens no primeiro semestre de 2017 foi a que apresentou o maior aumento, de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período de 2016. Esse fato pode ter sido determinante para esse grupo ter registrado também o maior aumento na taxa de desemprego, conforme destacado anteriormente.

Na comparação anual, a região Sudeste apresentou o maior aumento da taxa de participação entre as grandes regiões do Brasil, com variação de 1,2 p.p. entre o primeiro semestre de 2016 (63,3%) e o mesmo semestre de 2017 (64,5%). Entretanto, as regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram um decréscimo, com variação de 1,2 p.p. e 1,4 p.p., respectivamente, entre no primeiro semestre de 2016 em relação a 2017, passando a média da taxa de participação de 61,3% e 56,1%, em 2016, para 60,1% e 54,7%, em 2017. Cabe destacar a trajetória preocupante da região Nordeste, que registrou o maior aumento no desemprego, mesmo apresentando queda na taxa de participação.

Há heterogeneidade na evolução da taxa de participação também por grupos educacionais. Para os trabalhadores com fundamental incompleto (menos escolarizados), a média da participação caiu de 46,3% para 45,3%, enquanto para os trabalhadores com médio completo (mais escolarizados), ao contrário, a taxa aumentou de 76,9% para 77,2%, para o primeiro semestre de 2017 em relação a 2016. A taxa de participação do grupo com educação intermediária permanece praticamente inalterada entre os dois períodos, passando de 56,28% para 56,14%.

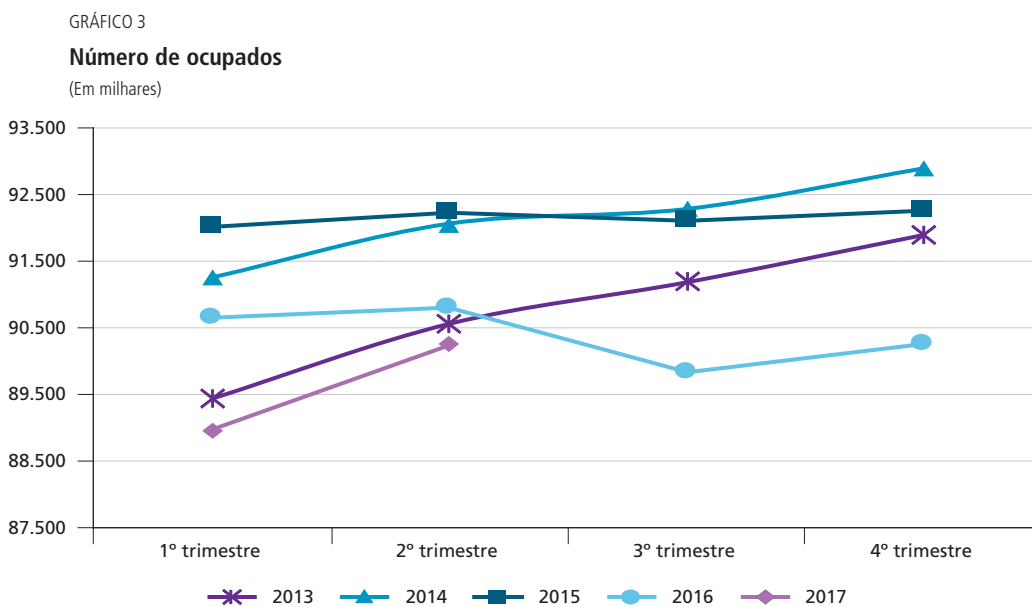
Na desagregação por gênero, observamos uma tendência de aumento para as mulheres. Entre o primeiro semestre de 2016 e o de 2017, o aumento registrado para as mulheres foi de 0,8 p.p., passando de 51,4% para 52,2% na média de participação. Já os homens apresentam uma queda de 0,65 p.p. na média da taxa de participação, indo de 72,6%, no primeiro semestre de 2016, para 72,0%, em 2017. Note que essa queda na participação dos homens não foi suficiente para impedir um aumento no desemprego, tal como destacado para a região Nordeste.

3 OCUPAÇÃO E EMPREGO FORMAL

A análise da evolução do nível de ocupação, tal como a do desemprego, contrasta resultados positivos no último trimestre com resultados negativos no horizonte anual.

O primeiro semestre de 2017 registrou uma média de 89,6 milhões de pessoas ocupadas, enquanto, no mesmo semestre de 2016, esta média era de 90,7 milhões de pessoas ocupadas. Esse valor agregado apresentou uma variação de -1,24%, o que representa uma queda de 1,1 milhão de postos de trabalho. Porém, pode-se destacar um aumento de 1,4% do número de ocupados no segundo trimestre de 2017. Ambos os movimentos podem ser conferidos no gráfico 3, a seguir, que reporta a trajetória do número de ocupados nos últimos anos.

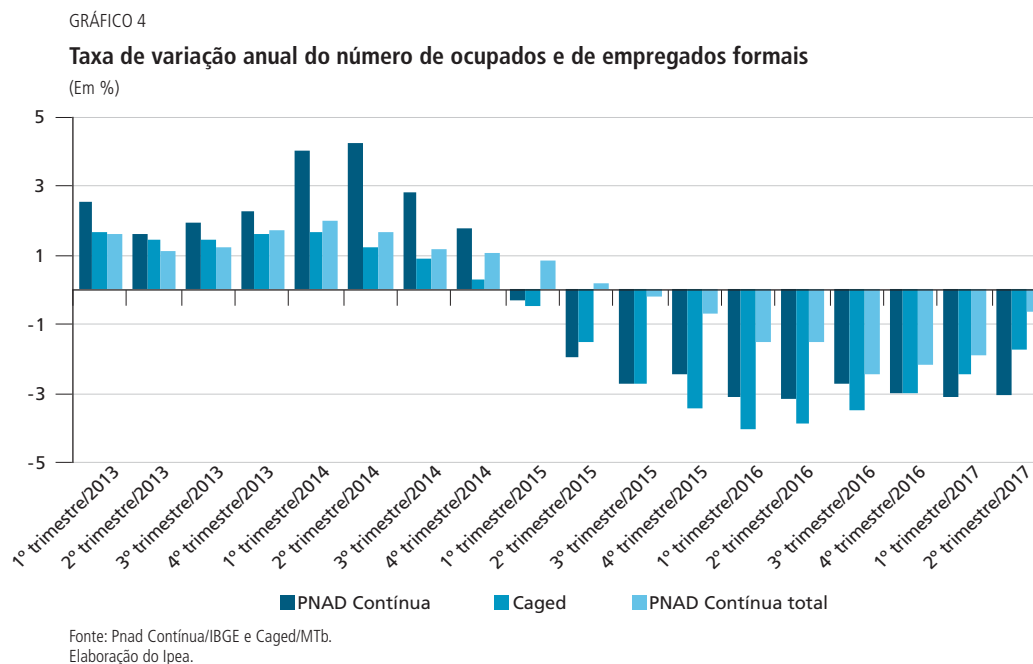
A taxa de ocupação, medida pela proporção de ocupados em relação à população em idade de trabalhar (às vezes denotada por população em idade ativa – PIA), confirma ambos os movimentos destacados anteriormente. Essa taxa também apresenta um aumento para o segundo trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior, passando de 53,1% para 53,7%. Em contrapartida, a média da taxa de desocupação registra uma queda de 1,3 p.p. no primeiro semestre de 2017 (53,4%) em relação ao primeiro semestre de 2016 (54,7%).



Fonte: Pnad Contínua/BGE.
Elaboração do Ipea.

A análise sobre a dinâmica da população ocupada pode ser enriquecida com os dados de fluxos do Caged/MTb.

O gráfico 4, a seguir, mostra a taxa de variação do número de trabalhadores do trimestre no ano indicado no eixo horizontal contra o mesmo trimestre do ano anterior. Essa taxa de variação é calculada de três formas distintas em cada trimestre. Usando apenas os dados da Pnad Contínua, calculamos a referida taxa de variação para o total de ocupados e para os empregados formais.² Na terceira forma, calculamos a taxa de variação também para os empregados formais, mas introduzindo uma fonte de informação alternativa. Usamos o saldo entre admitidos e desligados do Caged em doze meses contra o número de empregados formais na Pnad Contínua no trimestre inicial.³ Independentemente do método, temos variações anuais do emprego formal negativas ao longo de todo o ano de 2016 e que persistem assim em 2017. Chama a atenção que, nesse período, as quedas registradas para os trabalhadores formais são sempre mais intensas do que aquelas registradas para o total de ocupados. Outro fato interessante é que as quedas registradas em 2017 para os empregados formais é mais intensa quando mensurada pela Pnad Contínua em relação à mensurada pelo Caged. Já em 2016 verificava-se o oposto.



O dado do Caged permite-nos investigar os fluxos para dentro e para fora do emprego formal, que, por sua vez, podem ser ilustrativos para uma melhor compreensão do ajuste no mercado de trabalho. O gráfico 5 mostra o número de admissões, desligamentos e saldo agregado do emprego por trimestre para os anos de 2012 ao segundo trimestre de 2017. Nele, podemos notar que, após um período de retração, com saldo do emprego negativo

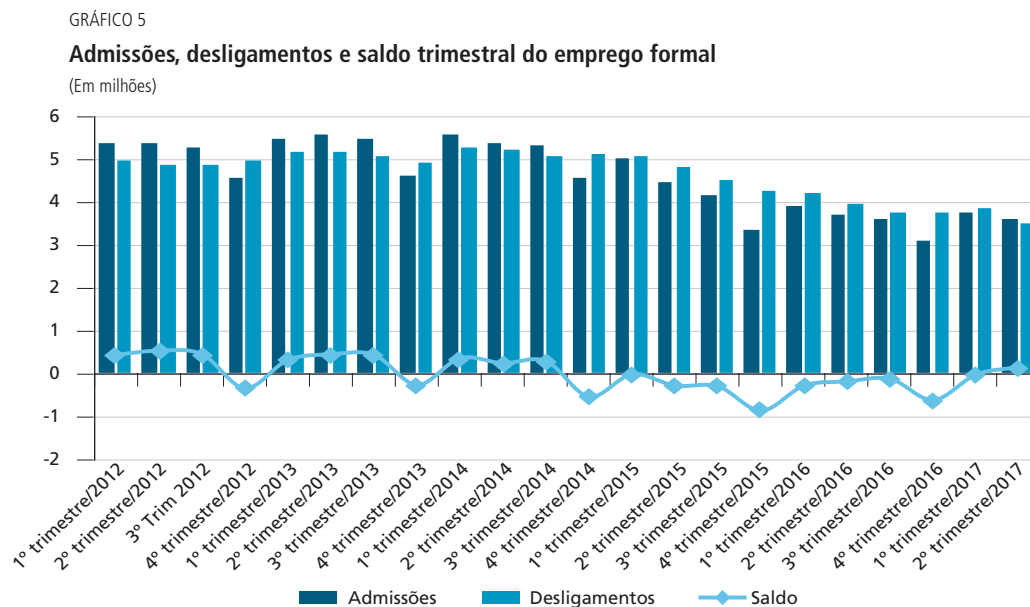
2. Empregados com carteira e empregados públicos e militares.

3. É importante frisar que a cobertura do Caged restringe-se aos vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Outra possível fonte de diferença entre o Caged e o recorte do setor formal na Pnad Contínua diz respeito à própria natureza das fontes de informação, visto que o Caged constitui um registro administrativo com informações oriundas das empresas, e a Pnad Contínua é uma pesquisa domiciliar (informações oriundas dos indivíduos) feita por amostragem.

do quarto trimestre de 2014 até o primeiro trimestre de 2017, o número de admissões mostrou-se maior que as demissões no segundo trimestre de 2017, acarretando um saldo de emprego positivo de 103,93 mil.

Para se ter uma ideia, houve uma contração de aproximadamente 3 milhões de postos formais no acumulado de 2015 ao segundo trimestre de 2017. Em 2015, houve destruição de 1,625 milhão de postos de trabalho formal. O ano de 2016 seguiu a trajetória negativa, com a destruição de 1,371 milhão de empregos. Já em 2017, o acumulado do período mostra-nos um saldo positivo de 35 mil empregos.

Para além do saldo, é interessante notar que as admissões também mostram uma interrupção em uma trajetória de quedas. Os números registrados para os dois primeiros trimestres de 2017 são próximos daqueles registrados para os dois primeiros trimestres de 2016. No entanto, os valores registrados para admissões nos dois primeiros trimestres de 2015 eram superiores, e mais ainda nos dois primeiros trimestres de 2014. Esse fato mostra-se relevante, na medida em que há evidências de que a dinâmica das admissões vem sendo preponderante na evolução do emprego formal.

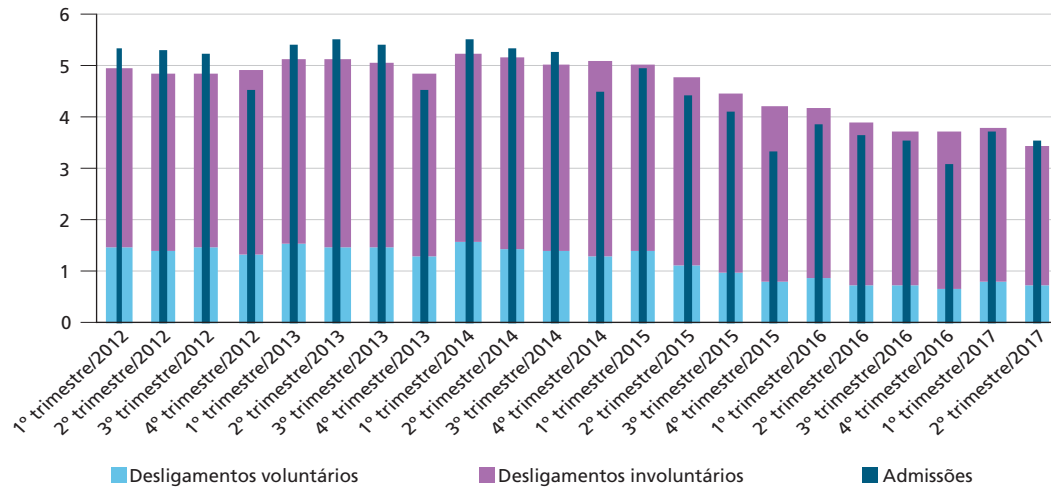


Outro movimento interessante de interrupção em uma tendência de queda ocorre com os desligamentos voluntários, que pode ser conferida no gráfico 6. Esse gráfico desagrega os desligamentos em voluntários e involuntários. Nele fica nítido que os números registrados para o desligamento voluntário nos dois primeiros trimestres de 2017 são próximos daqueles registrados para os dois primeiros trimestres de 2016. No entanto, os valores registrados para esse tipo de desligamento nos dois primeiros trimestres de 2015 eram superiores, e mais ainda nos dois primeiros trimestres de 2014. Esse fato mostra-se relevante, na medida em que há evidências de que esse tipo de desligamento está relacionado a movimentos de trabalhadores entre dois empregos, e que, portanto, não pressiona o desemprego, ao contrário do que ocorre com os desligamentos involuntários.

GRÁFICO 6

Admissões, desligamentos voluntários e involuntários do emprego formal

(Em milhões)



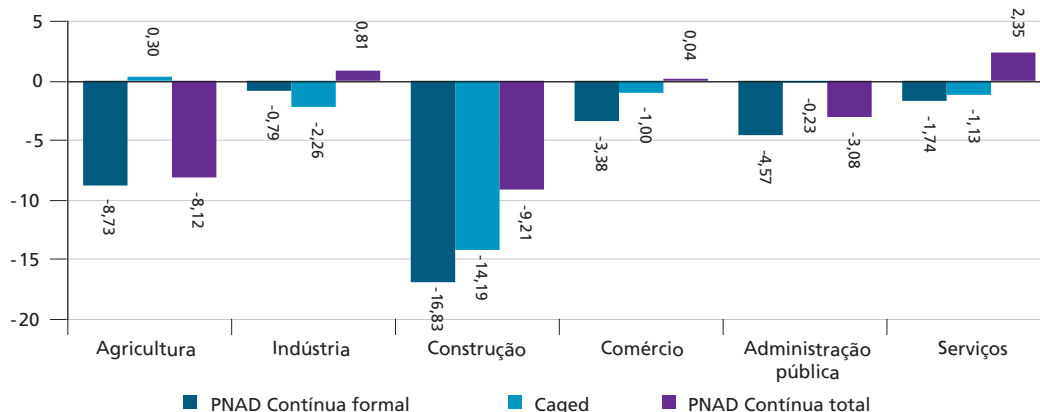
Fonte: Caged/MTb.
Elaboração do Ipea.

O gráfico 7 apresenta as taxas de variações anuais de grupos de trabalhadores por setor de atividade também calculadas pelas três formas análogas às que mencionamos anteriormente, ao comentar o gráfico 4. Por todos os métodos, nota-se que a queda do emprego está concentrada, sobretudo, na construção, com uma perda ainda mais expressiva quando nos restringimos ao segmento formal (-16,8% pela Pnad Contínua e -14,2% no Caged). A Pnad Contínua mostra queda significativa, e também mais intensa para o segmento formal, para a agricultura e a administração pública. Nesses setores os números do Caged destoam bastante, mesmo quando comparamos com os valores da Pnad Contínua computados para o segmento formal.

GRÁFICO 7

Taxa de variação anual no segundo trimestre de 2017 do número de ocupados e de empregados formais por setores

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE e Caged/MTb.
Elaboração do Ipea.

Analisando a evolução da população ocupada por posição na ocupação, verifica-se que há uma discrepância entre os empregadores e trabalhadores sem carteira em relação aos demais grupos ocupacionais. Os empregadores mantiveram uma trajetória de crescimento que iniciou no terceiro trimestre de 2016, com variação de 11,94% na média do primeiro semestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016. Vale notar que, entre os empregadores, essa taxa de crescimento chega a 27,9% quando se restringe o universo a empregadores que não contribuem para a previdência. Os trabalhadores sem carteira também apresentaram uma trajetória crescente, mostrando a variação de 3,4% na média do primeiro semestre de 2017 em relação ao ano anterior. Os demais grupos registraram queda nos respectivos níveis de ocupação. Os trabalhadores com carteira, conta-própria e militares/estatutários apresentaram decréscimos médios no primeiro semestre, de 3,7%, 3,2% e 0,2%, respectivamente.

Conforme procedimento adotado nos últimos números dessa publicação, mostraremos o comportamento da taxa de informalidade definida de duas formas alternativas. Na primeira delas, cujos resultados aparecem no gráfico 8, incluímos a totalidade do grupo conta-própria entre os informais, além dos empregados sem carteira e sem remuneração. Já no gráfico 9, para um conta-própria ser considerado informal, é necessário que ele reporte também não ter contribuído para a previdência.⁴ De acordo com o primeiro critério (usado no gráfico 8), a taxa de informalidade média no primeiro semestre de 2017 ficou em 46%, o que representa um crescimento de 0,4 p.p. em relação ao mesmo período no ano de 2016. Já na comparação entre o segundo trimestre e o primeiro de 2017, há um crescimento mais intenso da taxa de informalidade, que passa de 45,5% para 46,4% nesse critério.

O segundo critério mostra aumentos maiores para a taxa de informalidade. Na comparação anual (primeiro semestre de 2017 *versus* primeiro semestre de 2016), registramos um crescimento de 1 p.p., enquanto a comparação entre o segundo e o primeiro trimestres de 2017 mostra um crescimento de 1,1 p.p. Apesar dessa subida mais acentuada da taxa de informalidade quando medida dessa forma, o valor no segundo trimestre de 2017 ainda fica aquém do valor registrado para o ano de 2013. Esse fato não acontece quando medimos a informalidade pelo primeiro critério (incorporando todos os conta-própria como informais).

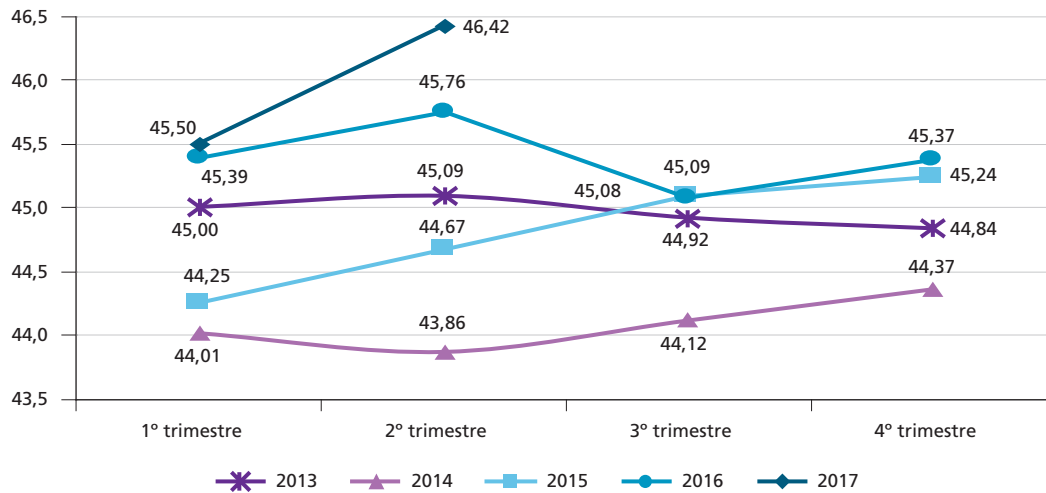
Em suma, temos um movimento de aumento na população ocupada no segundo trimestre de 2017 que interrompe uma sequência negativa. Por enquanto, esse aumento está concentrado nas ocupações informais. No entanto, há sinais alentadores na dinâmica do setor formal, tal como a interrupção na queda das admissões.

4. A primeira definição é a que tradicionalmente usávamos nessa publicação, enquanto a segunda vem se consolidando como a mais usada entre analistas do mercado de trabalho.

GRÁFICO 8

Evolução do grau de informalidade contemplando todos os conta-própria

(Em %)

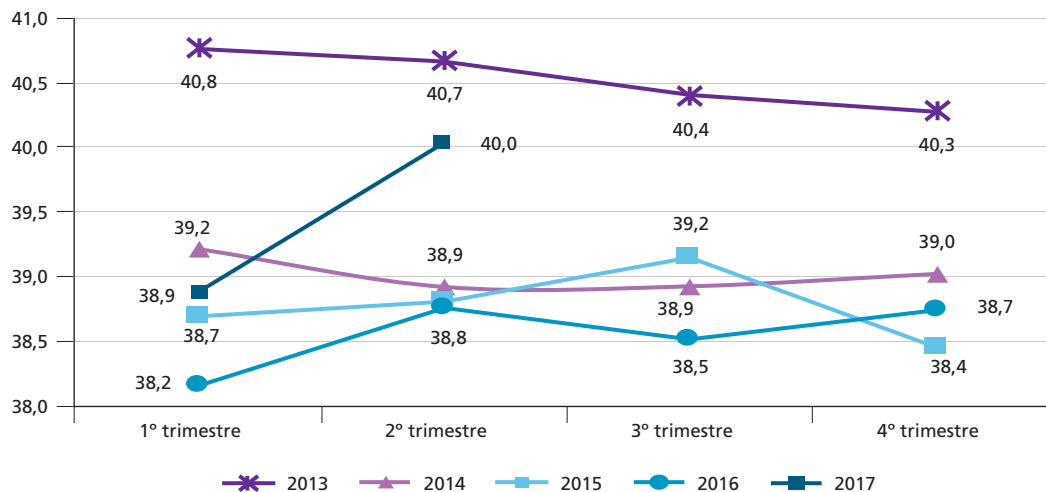


Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 9

Evolução do grau de informalidade contemplando entre os conta-própria apenas os não contribuintes para previdência

(Em %)



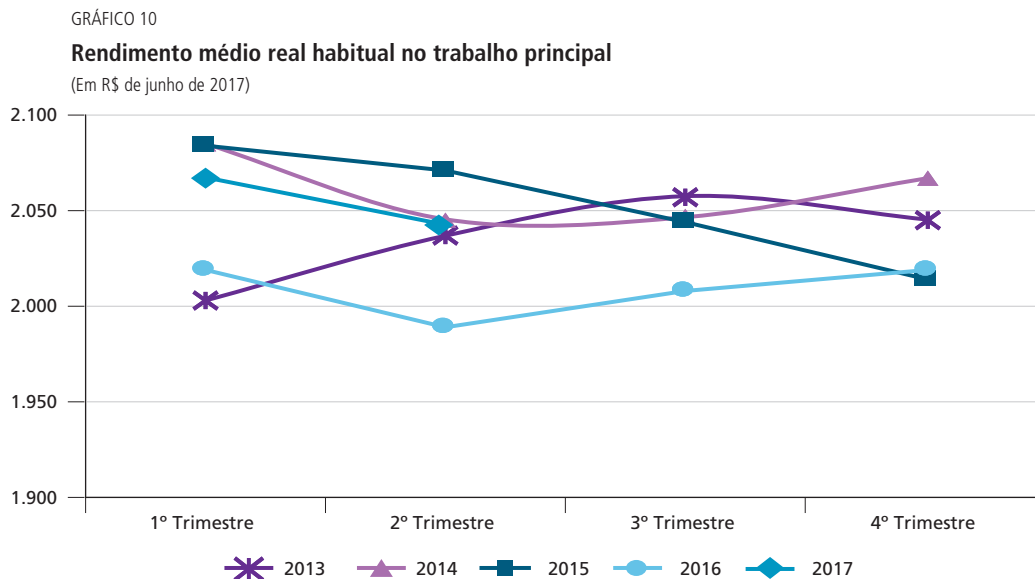
Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

4 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

O rendimento real habitualmente recebido registrou um valor médio de R\$ 2.054,62 no primeiro semestre de 2017, valor esse que representa um aumento de 2,5% na comparação com o valor médio do primeiro semestre de 2016. Vale destacar que esse é o indicador com melhor comportamento em 2017 *vis-à-vis* 2016.

No gráfico 10 é possível notar que, apesar da série apresentar um leve declínio no segundo trimestre de 2017, observa-se que o rendimento esteve crescendo desde o

segundo trimestre de 2016. Ainda assim, o rendimento real fecha o segundo trimestre de 2017 em um valor maior do que aquele registrado no segundo trimestre de 2016 (R\$ 2.042,39 contra R\$ 1.989,29).



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração do Ipea.
Obs.: Utiliza o deflator divulgado pelo IBGE.

Na desagregação dos rendimentos dos ocupados por nível de instrução, nota-se um ligeiro aumento para todos os níveis no rendimento médio semestral de 2017 contra o mesmo período de 2016. Para os ocupados com ensino fundamental incompleto, o rendimento médio cresceu em torno de 2,16% no período analisado. Para os ocupados com ensino fundamental completo, mas com médio incompleto, e aqueles com médio completo, o aumento foi bem sutil, de 0,42% e 0,93%, respectivamente, no primeiro semestre de 2017 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Na repartição por sexo, ambos os grupos tiveram um aumento médio no rendimento dos primeiros semestres de 2017 em comparação ao de 2016. Para as mulheres este aumento foi de 2,13%, e para os homens foi de 2,96%, um pouco maior do que as mulheres para o período analisado.

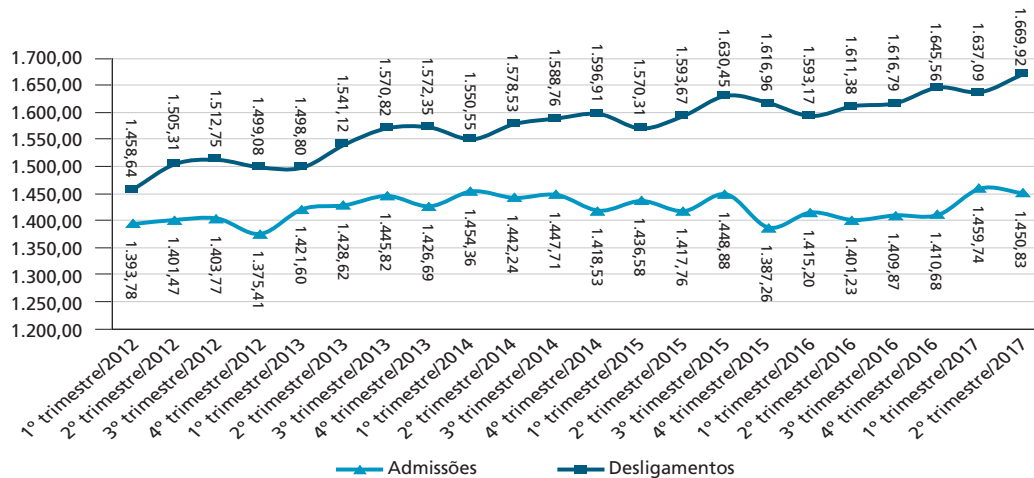
Em relação à faixa etária, os mais jovens (14 a 24 anos) e os adultos (25 a 59 anos) apresentaram crescimento de 0,85% e 1,36%, respectivamente, no primeiro semestre de 2017 em relação ao primeiro semestre de 2016. Os mais velhos registraram o maior aumento no rendimento médio real no primeiro semestre de 2017 em relação à média do ano anterior, de 11,76%.

Outra comparação importante passa pelos rendimentos dos trabalhadores recém-admitidos e os desligados. O gráfico 11 exibe a evolução desses valores em termos reais no setor formal com base no Caged. É nítido que os rendimentos dos recém-contratados estão estagnados em valores cada vez mais baixos do que os registrados para os rendimentos dos trabalhadores desligados.

GRÁFICO 11

Rendimento médio real habitual no trabalho principal

(Em R\$ de junho de 2017)



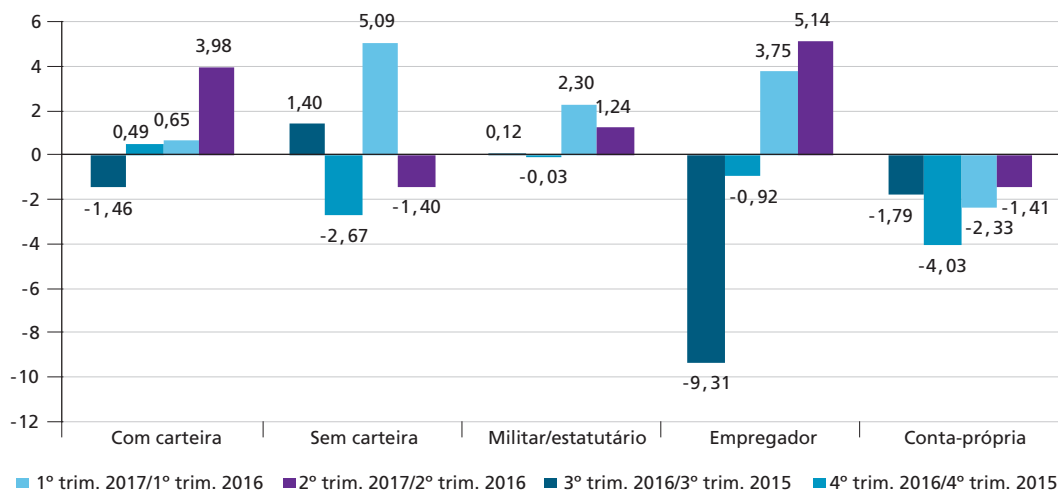
Fonte: Caged/MTb.
Elaboração do Ipea
Obs.: Utiliza o deflator divulgado pelo IBGE.

Por fim, o gráfico 12 mostra a variação anual dos rendimentos em cada posição na ocupação nos últimos dois trimestres de 2016 e os dois primeiros de 2017 em relação aos mesmos trimestres anteriores. Nota-se que o grupo de trabalhadores conta-própria apresentou queda no rendimento em todos os quatro trimestres apresentados, com a maior queda (4%) observada para o quarto trimestre de 2016. No segundo trimestre de 2017, a queda registrada para o grupo de trabalhadores conta-própria foi de 1,4%, a mesma registrada para trabalhadores sem carteira assinada em igual período. Já os segmentos associados a postos formais (com carteira, militar/estatutário e empregador) reportam aumentos nos rendimentos nos dois primeiros trimestres de 2017.

GRÁFICO 12

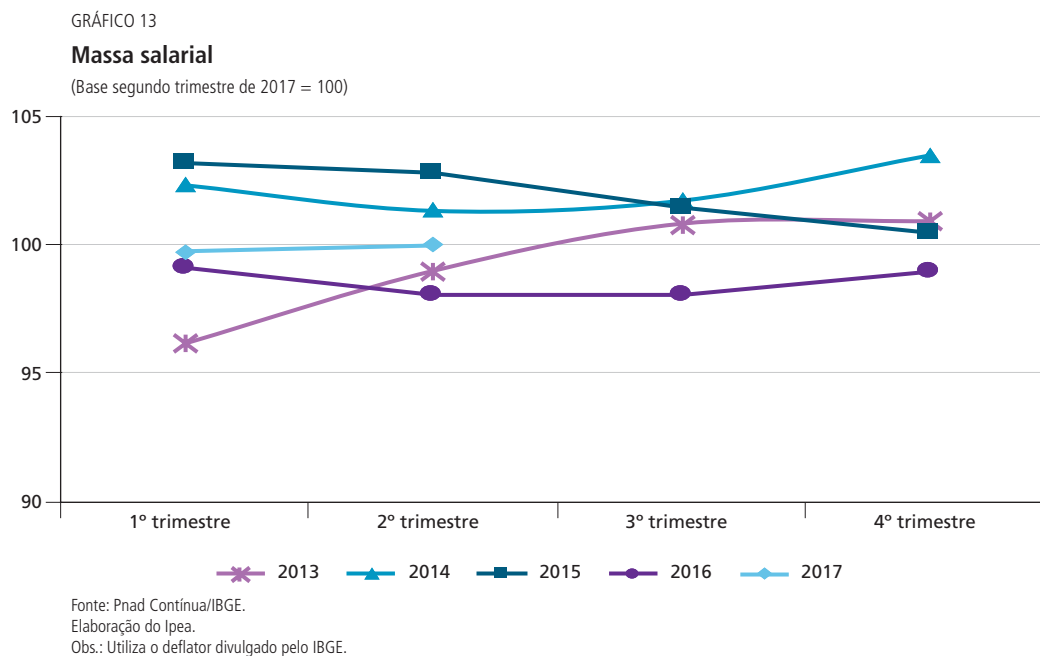
Variação anual do rendimento real habitual no trabalho principal por posição na ocupação

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração do Ipea.
Obs.: Utiliza o deflator divulgado pelo IBGE.

O gráfico 13 mostra a evolução da massa salarial nos últimos anos. A comparação do valor médio da massa salarial no primeiro semestre de 2016 com o mesmo semestre de 2017 revela um aumento de 1,3%. Os dados semestrais mostram que a queda na ocupação foi compensada por um aumento dos rendimentos. Vale dizer que é a primeira vez que isso ocorre no primeiro trimestre desde 2013. Esse fato não deve ser menosprezado, dado que a massa salarial é um indicador-chave para prover fôlego para a recuperação da economia.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, procuramos traçar um diagnóstico da evolução recente do mercado de trabalho brasileiro. Nos últimos anos, os principais indicadores vinham registrando uma trajetória de deterioração das condições desse mercado no Brasil. Identificamos, entretanto, que os dados mais recentes para o segundo trimestre de 2017 mostram uma série de movimentos que interrompem essas trajetórias negativas. O destaque positivo fica por conta de um movimento de queda na taxa de desemprego associado a um aumento da população ocupada. Como contraponto, foi possível identificar que o aumento da população ocupada foi reflexo de um aumento na informalidade, e veio acompanhado de uma redução nos rendimentos do trabalho.

Esses sinais podem estar indicando o início de um processo de recuperação do mercado de trabalho. Nesse cenário, é natural que a retomada da população ocupada aconteça primeiro em firmas com menores níveis de produtividade, as quais, por serem intensivas em mão de obra, absorvem aumentos de demanda, expandindo sua força de trabalho. Sabemos que o setor informal concentra grande parte dessas firmas, mas também ainda é prematuro descartar interpretações alternativas para o quadro aqui pintado. Por exemplo, uma mudança nos hábitos de consumo das famílias, priorizando produtos e serviços de menor preço e pior qualidade, também induziria a produção e o emprego nas firmas menos produtivas. O acompanhamento do mercado de trabalho nos próximos trimestres permitirá uma maior clareza em relação à relevância dessas duas hipóteses aqui aventadas, que, por sinal, podem ser complementares.

